

PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA DIR 207
PERÍODO ESPECIAL DE OUTONO – PEO – 08/06/2020 A 22/07/2020

1. **DISCIPLINA:** DIR 207 – TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO – HISTÓRIA DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS – 30 HORAS-AULA – 2 CRÉDITOS

2. **PROFESSOR-COORDENADOR:** BERNARDO PIMENTEL SOUZA

3. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:** CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO. CLASSIFICAÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES. CARTA IMPERIAL DE 1824. CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DE 1891. CONSTITUIÇÃO DE 1934. CARTA DE 1937. CONSTITUIÇÃO DE 1946. CARTA DE 1967. EMENDA Nº 1, DE 1969 – CARTA DE 1969. CONSTITUIÇÃO DE 1988. A REVISÃO CONSTITUCIONAL DE 1993. DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS. O PODER LEGISLATIVO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS. O PODER JUDICIÁRIO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS. O DISTRITO FEDERAL NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS. A FAMÍLIA NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS. A EDUCAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.

4. **OBJETIVOS DA DISCIPLINA:**

4.1. **OBJETIVOS GERAIS:** estimular o pensamento reflexivo, desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive, conferir aos universitários instrumentos que possibilitem a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 9.394, de 1996, com destaque para as obrigações por atos ilícitos e contratuais e o descumprimento contratual.

4.2. **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** outorgar os universitários formações histórica e jurídica em relação às Constituições brasileiras e sobre a evolução histórico-constitucional sobre os principais institutos jurídicos do Direito brasileiro.

5. **METODOLOGIAS DE ENSINO E RECURSOS DIDÁTICOS ADICIONAIS:**

A propósito das metodologias de ensino, serão disponibilizados artigos científicos publicados em revistas jurídicas de domínio público, aulas gravadas, pareceres jurídicos, sentenças de juízes e acórdãos de tribunais, para as atividades acadêmicas assíncronas, bem como serão realizadas aulas síncronas (ao vivo) pelo *Google Meet*, para exposições e explicações do professor-coordenador, esclarecimentos de dúvidas, discussões e testes.

As aulas síncronas (ao vivo) ocorrerão pelo Google Meet em todas as segundas, quartas e sextas durante o Período Especial de Outono – PEO (08/06/2020 a 22/07/2020), às 16:00 horas, no seguinte endereço eletrônico: meet.google.com/ipp-wuan-dak

Para reforçar os institutos jurídicos estudados, serão enviadas diariamente **mensagens eletrônicas coletivas, com a transcrição de conceitos jurídicos** disponíveis em glossários jurídicos oficiais, como o Glossário do Supremo Tribunal Federal, o Glossário da Câmara dos Deputados, o Glossário do Senado Federal, para **leituras diárias de um minuto**.

Ainda para reforçar os institutos jurídicos estudados, também serão enviadas mensagens eletrônicas coletivas, com a transcrição de matérias jornalísticas jurídicas ou artigos doutrinários públicos na Revista Consultor Jurídico – CONJUR, a título de “LEITURAS COMPLEMENTARES”.

A bibliografia e os demais materiais acadêmicos referentes à disciplina poderão ser acessados na página eletrônica oficial do DPD (http://www.dpd.ufv.br/?page_id=4435) e do PVAnet.

6. FREQUÊNCIA:

O controle da frequência será realizado em virtude da presença nas aulas síncronas (ao vivo) que serão realizadas pelo *Google Meet* em todas as segundas, quartas e sextas durante o Período Especial de Outono – PEO (08/06/2020 a 22/07/2020), às 16:00 horas, no seguinte endereço eletrônico: meet.google.com/ipp-wuan-dak

7. AVALIAÇÕES:

A verificação do aprendizado será realizada mediante 7 (sete) trabalhos, com a distribuição de 100 (dez) pontos em cada um, com a média aritmética ao final.

Os trabalhos consistirão na elaboração de resumos, análises críticas ou resolução de questionários sobre artigos científicos constantes da bibliografia ou da videografia abaixo.

O professor-coordenador disponibilizará 14 (quatorze) oportunidades de realização de trabalhos e **os discentes poderão escolher livremente os 7 (sete) trabalhos que serão entregues para fins de correção e avaliação.**

O discente que desejar poderá realizar e entregar mais de 7 (sete) trabalhos e até mesmo os 14 (quatorze) trabalhos disponibilizados pelo professor-coordenador. Na eventualidade de o discente optar pela realização e entrega de mais de 7 (sete) trabalhos, serão consideradas, computadas, lançadas e somadas no sistema Sapiens as **7 (sete) melhores notas alcançadas.**

As notas dos trabalhos serão lançadas pelo professor-coordenador no sistema Sapiens dentro de 48 (quarenta e oito) horas após a entrega pelo discente.

Na eventualidade de plágio integral, parcial ou conceitual ou de reprodução de resposta igual ou similar à apresentada por outro discente, será atribuída nota 0 (zero) ao(s) trabalho(s). Em seguida, os fatos serão comunicados ao Pró-Reitor de Ensino, conforme o disposto na resolução de regência do Regime Didático da UFV.

Os trabalhos deverão ser **manuscritos** pelos discentes, com o **envio eletrônico da reprodução digital** para fins de correção e avaliação do professor-coordenador para o endereço eletrônico institucional do professor-coordenador (bernardopimentel@ufv.br) e/ou do PVAnet. Na eventualidade de indisponibilidade do sistema, os discentes deverão efetuar o envio para o número do WhatsApp 31-995135803.

8. BIBLIOGRAFIA DA DISCIPLINA **(em ordem temática de acordo com o conteúdo programático):**

RAMOS, Carlos Alberto. Origem, conceito, tipos de Constituição, Poder Constituinte e História das Constituições brasileiras. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1987.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181723/000426993.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

PINTO FERREIRA, Luiz. Teoria geral do Poder Constituinte, as Constituições do Brasil e a Constituição da 6ª República. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1985.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181628/000418281.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

SILVA, João Carlos Jarochinski. Análise histórica das Constituições brasileiras. Revista PUC, 2011.

<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/13910/10234>

BONAVIDES, Paulo. A Constituição do Império. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1987.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181751/000431168.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

RUSSUMANO, Rosah. Facetas da Constituição de 1824. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1974.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180814/000350154.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

FIGUEIREDO, Sara Ramos de. A primeira Constituição brasileira. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1985.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181617/000418020.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

JACQUES, Paulino. Do relacionamento dos Poderes Políticos na Constituição do Império. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1974.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180813/000350153.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

COUTO E SILVA, Clovis V. As idéias fundamentais da Constituição de 1891. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1981.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181250/000390268.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

SAMPAIO, Nelson de Sousa. A Revolução de 1930 e seu legado político. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1981.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181347/000393571.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

MARINHO, Josaphat. A Constituição de 1934. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1987.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181752/000431169.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

POLETTI, Ronaldo. A Constituição de 1934. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1986.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181668/000421276.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

NOGUEIRA, Rubem. Revogada a Constituição de 1967. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1984.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181521/000407107.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

COSTA, Eduardo Silva. Notas à Constituição de 1988. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1995.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176585/000862023.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

BONAVIDES, Paulo. As constituições brasileiras: notícia, história e análise crítica. Brasília: OAB Editora, 2008.

<https://www.oab.org.br/biblioteca-digital/publicacoes/13#modal-publicacao>

HORTA, Raul Machado. O processo legislativo nas Constituições federais brasileiras. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1989.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181903/000443783.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

RIBEIRO, Antônio de Pádua. Poder Judiciário: algumas inovações e transformações. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1989.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181960/000447633.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

TRISTÃO, Gilberto. O Distrito Federal nas Constituições brasileiras. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1993.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176123/000476720.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

GROFF, Paulo Vargas. Direitos Fundamentais nas Constituições brasileiras. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 2008.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176526/000842780.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

BOAVENTURA, Edivaldo. A educação nos 50 anos da Constituição de 1946. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1996.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176502/000518632.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

COSTA, Dilvanir José da. A família nas Constituições. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 2006.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92305/Costa%20Dilvanir.pdf?sequence=6&isAllowed=y>

BUESCU, Mircea. A ordem econômica nas Constituições da República. Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, 1986.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181698/000424686.pdf?sequence=3&isAllowed=y>

Assis, Roberta Maria Corrêa. A proteção constitucional do trabalhador. Núcleo de estudos e pesquisas do Senado, Brasília, Senado Federal, 2013.

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496100/Texto%20para%20discussao%20127.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

9. VIDEOGRAFIA DA DISCIPLINA:

<https://www.camara.leg.br/tv/418369-constituicoes-do-brasil/>

<https://www.camara.leg.br/tv/192138-CARTA-MAE>

https://youtu.be/qUXT_lyka-Y

<https://youtu.be/FU9GwHmz8gY>

<https://youtu.be/ZwQiOY4HLP4>

<https://youtu.be/dOsZ6NivsJs>

<https://youtu.be/8IDWtj-2Oqg>

<https://youtu.be/hewCzb2evOs>